# LEI Nº 4263, de 21 de dezembro de 2006.

# ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ESTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2007.

SANDRA BEATRIZ SILVEIRA, Prefeita Municipal de Esteio, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, com fundamento no artigo 70, inciso V, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

**Art. 1º -** Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Esteio, para o exercício financeiro de 2007, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, o qual estima a RECEITA em R$ 85.098.714,00 (oitenta e cinco milhões, noventa e oito mil, setecentos e quatorze reais) e fixa a DESPESA em R$ 84.689.348,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais).

**Art. 2º -** A Lei de Orçamento conterá Reserva de Contingência, apurada na forma do artigo 10, da Lei Municipal nº 4.216, de 06 de outubro de 2006, no valor de R$ 410.366,00 (quatrocentos e dez mil, trezentos e sessenta e seis reais), tendo por fim atender a passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos, inesperados e imprevisíveis.

**Art. 3º -** A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, recebimento de transferências constitucionais da União e do Estado, suprimentos de fundos em vigor e pelas especificações dos anexos integrantes da presente Lei, em conformidade com o seguinte desdobramento:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

RECEITAS CORRENTES.....R$ 76.073.314,00
Receita Tributária.....R$ 9.611.600,00
Receita Contribuições.....R$ 1.200.000,00
Receita Patrimonial.....R$ 1.064.170,00
Receita de Serviços.....R$ 3.465,00
Transferências Correntes.....R$ 62.489.054,00
Outras Receitas Correntes.....R$ 1.705.025,00
RECEITAS DE CAPITAL.....R$ 3.225.400,00
Operações de Crédito.....R$ 3.144.400,00
Alienação de Bens.....R$ 30.000,00
Transferências de Capital.....R$ 50.000,00
Outras Receitas de Capital.....R$ 1.000,00
Total das Receitas da Administração Direta.....R$ 79.298.714,00

**II - DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

RECEITAS CORRENTES.....R$ 5.800.000,00
Receita Patrimonial.....R$ 100.000,00
Receita de Serviços.....R$ 5.080.000,00
Transferências Correntes.....R$ 320.000,00
Outras Receitas Correntes.....R$ 300.000,00
Total das Receitas da Administração Indireta.....R$ 5.800.000,00

TOTAL GERAL DA RECEITA.....R$ 85.098.714,00

**Art. 4º -** A Despesa será realizada na forma dos quadros anexos, de acordo com a seguinte discriminação:

**I - DESPESA POR ÓRGÃO DE GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO**

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1.1 PODER LEGISLATIVO

01 - Câmara de Vereadores.....R$ 4.864.000,00

1.2 PODER EXECUTIVO

02 - Gabinete do Prefeito.....R$ 737.968,00
Parcialmente Vetado.....R$ - 50.000,00
03 - Secretaria Municipal de Administração.....R$ 7.702.681,00
04 - Secretaria Municipal da Fazenda.....R$ 3.127.043,40
05 - Secretaria Municipal de Educação e Esporte.....R$ 27.619.911,00
Parcialmente Vetado.....R$ +/- 120.000,00
06 - Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito.....R$ 9.260.478,00
07 - Secretaria Municipal de Desenvolv. Econômico e Social.....R$ 261.030,00
08 - Secretaria Municipal de Habitação.....R$ 741.728,00
09 - Consultoria Jurídica.....R$ 1.933.253,60
10 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.....R$ 867.350,00
11 - Secretaria Municipal de Saúde.....R$ 8.979.500,00
12 - Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.....R$ 2.177.225,00
Parcialmente Vetado.....R$ + 95.000,00
13 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....R$ 551.130,00
14 - Secretaria Municipal de Arte e Cultura.....R$ 471.563,00
Parcialmente Vetado.....R$ + 10.000,00
16 - Gabinete do Vice-Prefeito.....R$ 698.000,00
17 - Secretaria Municipal Especial de Governo.....R$ 316.500,00
Parcialmente Vetado.....R$ - 45.000,00
18 - Secretaria Municipal de Ouvidoria e Comunicação Social.....R$ 408.987,00
Parcialmente Vetado.....R$ - 10.000,00

TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....R$ 70.718.348,00

2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

15 - Hospital Municipal São Camilo.....R$ 13.970.000,00

TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....R$ 13.970.000,00

TOTAL GERAL DA DESPESA.....R$ 84.688.348,00

Reserva de Contingência - Administração Direta.....R$ 380.366,00

Reserva de Contingência - Administração Indireta.....R$ 30.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 85.098.714,00

**II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

1. ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01 - Legislativa.....R$ 4.864.000,00
02 - Judiciária.....R$ 1.933.253,60
04 - Administração.....R$ 7.310.377,69
06 - Segurança Pública.....R$ 508.100,00
08 - Assistência Social.....R$ 2.177.225,00
09 - Previdência Social.....R$ 4.259.600,00
10 - Saúde.....R$ 8.999.500,00
11 - Trabalho.....R$ 800.400,00
12 - Educação.....R$ 27.100.911,00
13 - Cultura.....R$ 471.563,00
14 - Direitos da Cidadania.....R$ 106.000,00
15 - Urbanismo.....R$ 5.688.280,66
16 - Habitação.....R$ 741.728,00
17 - Saneamento.....R$ 182.886,59
18 - Gestão Ambiental.....R$ 384.100,00
25 - Energia.....R$ 1.749.882,40
26 - Transporte.....R$ 1.448.999,53
27 - Desporto e Lazer.....R$ 669.197,13
28 - Encargos Especiais.....R$ 1.322.343,40
99 - Reserva de Contingência.....R$ 380.366,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....R$ 71.098.714,00

2. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

2.1 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO CAMILO

09 - Previdência Social.....R$ 36.000,00
10 - Saúde.....R$ 13.734.000,00
28 - Encargos Especiais.....R$ 200.000,00
99 - Reserva de Contingência.....R$ 30.000,00

TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....R$ 14.000.000,00

TOTAL GERAL DA DESPESA.....R$ 85.098.714,00

**Art. 5º -** A discriminação da despesa, conforme proposta orçamentária, far-se-á por elementos, de acordo com o artigo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 6º -** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite correspondente a 10% (dez por cento) do total da despesa fixada nesta Lei, nos termos dos artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º -** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito com destinação específica e vinculada ao projeto, nos termos da legislação em vigor, especialmente o Capítulo VII, Seção IV, Subseção I, da Lei Complementar nº 101/2000;

**Art. 8º -** O Poder Executivo poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, nos limites e prazos estabelecidos pela legislação em vigor, em especial o Capítulo VII, Seção IV, Subseção III, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 9º -** Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2007.

Prefeitura Municipal de Esteio, 21 de dezembro de 2006.

SANDRA BEATRIZ SILVEIRA
Prefeita Municipal

ORLANDO MIGUEL THOMAS
Secretário Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se.
Data supra.

**NEIDA APARECIDA LISBÔA**
Chefe de Gabinete